



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THALYSON BRUNO MARQUES FEITOZA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DE COVID-19: IMPLICAÇÕES NA
VIVÊNCIA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO**

Juazeiro do Norte
2020

THALYSON BRUNO MARQUES FEITOZA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DE COVID-19: IMPLICAÇÕES NA
VIVÊNCIA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

THALYSON BRUNO MARQUES FEITOZA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DE COVID-19: IMPLICAÇÕES NA
VIVÊNCIA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Esp. Cícera Jaqueline Sobreira Andriola
Orientadora

Dr. Joaquim Iarley Brito Roque
Avaliador

Esp. Indira Feitosa Siebra de Holanda
Avaliadora

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DE COVID-19: IMPLICAÇÕES NA VIVÊNCIA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO.

Thalyson Bruno Marques Feitoza¹
Cicera Jaqueline Sobreira Andriola²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como as adaptações feitas para dar continuidade ao processo educacional no Ensino Superior, diante da pandemia de COVID-19, afetam a vivência e o processo de ensino-aprendizagem do estudante universitário. Este se apresenta enquanto uma pesquisa bibliográfica de ordem narrativa, onde é possível analisar os escritos acerca do assunto, exercendo uma ação sobre eles. A pesquisa transita sobre obras que exploram três eixos: um primeiro que aborda a interferência da pandemia de COVID-19 no sistema educacional; um segundo que visa explicar os desafios que o processo de ensino-aprendizagem enfrenta frente as restrições sociais; e por fim, um terceiro que explora os fatores psicológicos que estão envolvidos no processo de adaptação à nova forma de fazer educacional, bem como o papel do psicólogo escolar diante da dada situação. Nesse prisma, observa-se que os impactos à comunidade acadêmica, no ano de 2020, obrigaram a criação de novas políticas, olhares, reflexões e estratégias que favoreçam novos modos de ensinar e aprender de forma que a continuidade do processo educacional seja saudável e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Superior; COVID-19; Ensino-Aprendizagem; Psicologia Escolar.

ABSTRACT

The present work aims to understand how the adaptations made to continue the educational process in Higher Education, in the face of the COVID-19 pandemic, affect the experience and teaching-learning process of the university student. This is presented as a bibliographic research of narrative order, where it is possible to analyze the writings about the subject, exerting an action on them. The research moves on works that explore three axes: a first that addresses the interference of the COVID-19 pandemic in the educational system; a second that aims to explain the challenges that the teaching-learning process faces in the face of social constraints; and finally, a third party that explores the psychological factors that are involved in the process of adaptation to the new way of doing education, as well as the role of the school psychologist in the given situation. In this perspective, it is observed that the impacts on the academic community, in 2020, forced the creation of new policies, looks, reflections and strategies that favor new ways of teaching and learning so that the continuity of the educational process is healthy and quality.

Keywords: Higher Education; COVID-19; Teaching-Learning; School Psychology.

1 INTRODUÇÃO

¹Graduando do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Email: t.brunomf@gmail.com

²Professora Orientadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO); Especialista em Neuropsicologia. Email: jaqueline@leaosampaio.edu.br

O mundo todo, desde o início do ano de 2020, está voltado para um assunto em particular: o surto da doença causada pelo *Coronavírus Disease of 2019* (COVID-19) e o impacto que este gera nas populações. Em 30 de Janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou emergência de saúde pública de nível internacional, o que, em março do mesmo ano, essa situação evoluíra para uma pandemia, a partir de registros de surtos da COVID-19 em diversas partes do globo terrestre. (OPAS/OMS-2020)

Conforme o avanço dos estágios de contágio do novo coronavírus, em diferentes culturas e nacionalidades, surge a necessidade de contenção, isolamento, mudanças e adaptações no âmbito pessoal, social, econômico, político e educacional, orientadas pela OMS e governos federais, estaduais e municipais, objetivando a minimização do crescimento exponencial das estatísticas de pessoas infectadas. (CRUZ et al., 2020)

Assim, durante o acometimento epidemiológico da COVID-19 no Brasil, surge uma preocupação, apontada por Macedo, Ornellas e Bonfim (2020): a necessidade de criar medidas amplas que acolham comunidades pobres e faveladas, previamente desprovidas de acesso à saneamento básico e educação pública de qualidade e gratuita.

No entanto, em um período pandêmico, o que se evidencia é que o acesso aos direitos básicos é ainda mais restrito, visto que o distanciamento social é decretado por governos estaduais e municipais, como o Decreto N°505, de 17 de março de 2020 da prefeitura de Juazeiro do Norte, que visando o combate ao aumento do número de novos casos, tenta garantir o isolamento populacional por meio do fechamento de estabelecimentos comerciais, escolas, universidades, entre outros que estejam sujeitos à situações de aglomeração.

Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de estratégias para a adaptação a um novo modo de vida, durante a pandemia. Fazendo um recorte para o contexto universitário, com a impossibilidade da realização de aulas presenciais, tiveram que ser criadas vias para a continuidade dos semestres que já haviam sido iniciados. Cabe salientar, que o Ministério da Educação (MEC), desde março de 2020 autoriza o ensino não presencial em universidades, institutos federais e demais instituições de educação superior, no entanto, após um aumento surpreendente do número de casos confirmados da COVID-19, o MEC, publicou no Diário Oficial da União, no dia 17 de junho de 2020, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que amplia a adaptação remota de fazer educacional, nas universidades, até o dia 31 de dezembro de 2020. (BRASIL, 2020)

Sendo assim, as questões e objetivos pensados nesse trabalho originaram diante do inesperado e do incerto que atingiu o âmbito social durante a pandemia de COVID-19 e, com isso, destacando-se as implicações diretas no processo de ensino-aprendizagem na academia,

deparando-se com o objetivo geral deste artigo: compreender como essas adaptações na educação superior, decorrentes da pandemia, afetam a vivência e o processo de ensino-aprendizagem do universitário.

Para tanto, torna-se pertinente explorar como se estabeleceram as mudanças à educação superior tradicional, investigar as possíveis variáveis que atravessam o processo de ensino-aprendizagem diante do contexto pandêmico e, por fim, identificar as possíveis consequências psicológicas que os novos formatos educacionais podem trazer ao estudante universitário.

Ponderando isso, essa pesquisa foi motivada a partir da vivência do pesquisador, enquanto estudante universitário, vivenciando o sistema de educação remota oferecido diante das condições pandêmicas, pautando-se nas angústias e reflexões surgidas durante essa experiência no ano de 2020.

Ainda assim, são poucas as considerações acadêmicas oficiais feitas acerca dessa temática, mesmo estando diante de uma situação que exige que tracemos respostas com cautela para que os esforços para uma melhor adaptação sejam de fato eficazes. Pensando nisso, este artigo trará, no seu desenvolvimento, as incoerências e potencialidades das propostas de ajustamento implantadas nas universidades durante a pandemia no novo coronavírus, contribuindo com as reflexões da comunidade científica, buscando ajudar na problematização da realidade e criação de meios para garantir qualidade no oferecimento de uma educação centrada no sujeito.

2 METODOLOGIA

Este estudo adotou, como estratégia metodológica, a revisão bibliográfica. Visando acessar as reflexões dos autores que já pesquisaram sobre o assunto, utilizou-se da revisão narrativa, que é um dos tipos de revisão de literatura, descrita por Gil (2004), como sendo uma ação sobre o que já foi escrito.

Assim, a pesquisa bibliográfica, segundo Martins e Pinto (2001), visa conhecer, discutir, analisar e/ou explicar conteúdo de uma temática a partir de referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. A este acervo, somam-se as bases de dados, periódicos e artigos que tem como objetivo o enriquecimento da pesquisa.

Este é um tipo de pesquisa que coloca o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre um determinado assunto. Dessa forma, ela não se resume a uma

simplória repetição dos escritos sobre o tema, mas proporciona investigação deste sob uma nova abordagem, chegando à conclusão inéditas. (MARCONI e LAKATOS, 2007)

Segundo Demo (2000), a pesquisa bibliográfica provoca o contato pessoal com teorias, por meio da leitura, gerando uma interpretação própria, e optando-se pelo uso da revisão narrativa, Silva et al. (2002), afirma que esta não é imparcial, pois permite o relato de diversos trabalhos a partir da compreensão do pesquisador.

Então, para a elaboração deste trabalho, foi feita uma revisão narrativa da literatura nacional acerca das adaptações feitas na educação superior, decorrentes da pandemia COVID-19 no ano de 2020 e como elas podem afetar a vivência e o processo de ensino-aprendizagem do universitário, bem como o papel do Psicólogo Escolar diante dessa situação. Essa revisão possibilita a sumarização das pesquisas concluídas e obter novas conclusões a partir do tema interessado.

Para tanto, fez-se o uso das bases de dados, LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde), Scielo (Scientific Electronic Library OnLine) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), que serviram como instrumento para a coleta de dados a partir dos seguintes descritores: Universidade; COVID-19; Ensino à distância; Processo Psicológico de ensino-aprendizagem. Além disso, fez-se uso constante do *Scholar Google* como ferramenta de busca para a pesquisa de referenciais, usando os mesmos descritores.

Em suma, a partir da leitura criteriosa da literatura encontrada nas bases de dados, selecionou-se apenas as literaturas que atendem ao que pede o estudo publicadas no período entre 1999 e 2020, no idioma português. Foram aceitos todos os tipos de delineamento metodológico. Logo, feita a leitura de todo o material coletado, as informações principais foram compiladas e posteriormente analisadas descritivamente, buscando o estabelecimento de uma compreensão e ampliação do saber acerca da temática em questão, elaborando o referencial teórico.

3 PANDEMIA DE COVID-19 E EDUCAÇÃO

A educação, em suas diversas facetas, sempre esteve frente ao desafio proposto pelo avanço tecnológico, especialmente quanto a era digital. É um cenário que apresenta dificuldades quanto ao acesso digital e interação, tanto dos discentes quanto dos professores, além disso, há uma grande defasagem na formação dos docentes para que planejem práticas com essa perspectiva, visto que é mediada por tecnologias, evidenciando uma dificuldade

instrumental. Assim, é importante salientar, que muitas instituições educacionais não fornecem a infraestrutura necessária para fazer valer as atividades que necessitam de plataformas digitais, muita se quer possuem conexão com a internet. (ALVES, 2016) Em 2020, com a pandemia instaurada no mundo todo, esse foi um desafio que ficou ainda mais forte, confrontando todos os âmbitos da educação, forçando-os a tomarem medidas dinâmicas para dar continuidade ao processo de educação, causando o mínimo possível de dano.

Historicamente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada pela primeira vez acerca da doença provocada pelo *Coronavirus Disease* (COVID-19) em dezembro de 2019, na cidade Wuhan, na China, declarando logo no mês seguinte como uma situação emergencial em saúde pública de níveis internacionais. Assim, já se alertava para uma crise de estresse na população, e pouco tempo depois a OMS, em 11 de março, a COVID-19, saiu da condição de epidemia para pandemia pela OMS. “Pandemia” é o termo usado para se referir à distribuição geográfica de uma doença, ou seja, o conceito reconhece a emergência da enfermidade em vários países e regiões do mundo. (OPAS/OMS-2020)

Segundo Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), as primeiras instituições, no Brasil e no mundo, a sentirem o impacto que esse tipo de emergência causa, são as educacionais. Medidas de isolamento social foram adotadas ao redor do mundo, com níveis variados de rigidez, assim, a educação foi uma das primeiras áreas a acatar as medidas por manter um aglomerado de pessoas confinadas por longos períodos.

Assim, o Ministério da Educação (MEC), publica e atualiza portarias, desde o dia 18 de março de 2020, com o intuito de regular as atividades educacionais da Educação Básica e Superior. As Portarias nº 343, nº 345, e nº 473 suspendem as aulas presenciais e, atualizam a sugestão de educação remota em caráter emergencial, conforme a necessidade de prolongação do distanciamento social. Assim, em 16 de junho de 2020, o MEC redige a Portaria nº 544, onde são revogadas as portarias anteriormente citadas. Observando que o crescimento da pandemia no Brasil foi significativo, e ficando cada vez mais nebulosa uma previsão para a diminuição da curva epidemiológica, o Ministério da Educação autorizou, nesta portaria, a substituição das aulas presenciais por aulas à distância, mediadas pelos recursos digitais, enquanto durar a pandemia. (BRASIL, 2020)

No entanto, Costa (2020) aponta para uma diferenciação entre o ensino remoto, que é a sugestão do MEC para dar continuidade ao ano letivo, e Ensino à Distância (EaD). O ensino remoto, praticado atualmente, tem suas semelhanças com a EaD por ser mediado pelo uso da tecnologia, no entanto a primeira segue os mesmos princípios da educação presencial.

Joye, Moreira e Rocha (2020), afirmam que existe uma grande dicotomia entre a EaD e o educação remota, sendo esta última emergencial. Na EaD à docência é compartilhada com outros especialistas, enquanto na educação remota, o professor se torna responsável, sozinho, desde a seleção de conteúdo, produção de videoaulas e implementação de aulas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). Além disso, no sistema remoto emergencial, do docente é exigido novas habilidades para lidar com a tecnologia, e apresentar proatividade quanto as soluções educacionais, de forma rápida e sem as condições ideais. Além disso o perfil do aluno na EaD possui uma motivação específica para estudar on-line, tendo características de autonomia, diferente do estudante na educação remota, cujo qual está motivado a estudar remotamente em situação de emergência, como a pandemia, tem menos autonomia e está acostumado com o modelo de educação presencial.

Sendo assim, os autores apresentam as principais diferenças entre esses dois tipos de fazer educacional: a educação remota ocorre nos moldes do modelo presencial, onde o professor é transmissor de conteúdo e deve estar à disposição, no entanto à distância, para tirar dúvidas, enquanto aluno é reproduzidor do conteúdo, havendo pouca interação entre professor-aluno, com videoconferências síncronas e unilaterais e produção de atividades enviadas virtualmente, além disso, há pouco planejamento de atividades e escassa orientação e apoio profissional aos professores; na EaD, há maior interatividade on-line entre alunos e professores, podendo ocorrer momentos híbridos entre presencial e não presencial, com ferramentas síncronas (bate-papos) e assíncronas (fóruns, tarefas), e há um modelo macro de planejamento, onde existe uma capacitação prévia dos professores e elaboração sistemática das atividades com prazos. (JOYE, MOREIRA E ROCHA, 2020)

Percebe-se então, que a COVID-19 arroubou o mundo e impôs a desconstrução acelerada de paradigmas no sistema educacional que até então eram costumeiros. A normatividade da educação, segundo Martins (2020), esteve continuamente preocupada em garantir qualidade e evitar a precariedade associada aos cursos à distância, no entanto, este modelo se tornou, sem aviso, o melhor meio para a superação das limitações impostas pelo isolamento social. As preocupações se converteram no que sempre deveria ter sido considerado essencial: a qualidade do processo, em si, de ensino-aprendizagem; as condições de labuta do professor; a relevância e significados dos temas a serem abordados; o aprendente como centro do seu processo; e, a família envolvida na formação acadêmica das crianças e jovens. Entretanto, o autor se preocupa com a forma como foi adotada essa educação em domicílio, pois em muitos casos, se deu de forma despreparada e desesperada para dar continuidade ao ano letivo, consequentemente gerando efeitos perversos.

Dessa forma, a pandemia evidenciou o que já era sabido há tempos: a falta de acesso universal aos aparatos digitais e tecnológicos de informática e comunicação é extremamente prejudicial ao sujeito do mundo globalizado. Harari (2016), já apontava para as consequências dos avanços e inovações tecnológicas para a vida, além das decorrências negativas relacionados à exclusão digital. Castells (1999), também discutiu, há pouco mais de duas décadas, sobre a necessidade de universalizar o acesso aos recursos tecnológicos, que foi, e seguiu sendo, por muito tempo, ignorado pela gestão pública e diversos setores de produtividade brasileiros. Agora nota-se que esse é um assunto que não pode mais ser negligenciado.

Além disso, é preciso usar esse momento para refletir sobre o valor qualitativo que, na realidade, atualmente, está sendo atribuído a cada aspecto da estrutura educacional. Todo fazer na área educacional deve ser aplicado conhecimento especialista, ou seja, formação adequada dos profissionais, planejamento, preparação institucional, materiais e ferramentas didáticas apropriadas, para que haja a superação das barreiras postas. (MARTINS, 2020)

Todavia, é preciso destacar que, atualmente, aprender é imperativo. A sociedade da aprendizagem, de acordo com Simons e Masschelein (2011), objetiva a produção de sujeitos responsabilizados por sua aprendizagem, ou seja, que tomam para si a tarefa de aprender, de forma contínua, para autogerir a vida, como uma empresa, assim, a educação, nada mais é que um investimento para retornos futuros. Assim, se esta é uma sociedade que valoriza o comprometimento do sujeito quanto a sua própria educação, parar os processos escolares não é uma opção diante da pandemia que assola o mundo, pois isso enfraqueceria a produção desse empenho acadêmico perpétuo.

Visando isso, o estado do Ceará, decidiu que a educação não deve parar. Então, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Apeoc), decidiram publicar, em 28 de março de 2020, um conjunto de diretrizes para dar base ao processo de trabalho e ensino à distância por meio da rede pública estadual, durante a suspensão de aulas presenciais em virtude do isolamento social promovido pela pandemia de COVID-19. Com isso, foram apresentadas estratégias para que se siga o cumprimento da carga horária de comprometimento escolar, baseado em um Plano de Atividades Domiciliares. (CEARÁ, 2020)

Dentro dessas diretrizes, é importante destacar que a Seduc (CEARÁ, 2020) se dispôs a apoiar estudantes e educadores para que seja feito corretamente o uso de aparatos digitais, para fins de facilitação da interação durante o ensino domiciliar. Para tanto, foram citadas como plataformas como Aluno Online, Professor Online e o *Google Classroom*. As

avaliações podem ser aplicadas no retorno às aulas, ou se valem de recursos virtuais de interação, quando possível. O acompanhamento do Plano de Atividades Domiciliares das instituições de ensino, são constantemente monitoradas pelas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes). E por fim, a Seduc designou uma equipe técnica para tirar dúvidas a respeito das diretrizes e para orientação dos educadores quanto a utilização de tecnológicas digitais para *homework*, aulas e eventos não presenciais.

No mais, em 22 de julho de 2020, o Conselho Estadual de Educação, emitiu o Parecer Nº 205/2020, orientando as instituições de ensino que ofertam Educação Básica, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior, a darem continuidade às atividades remotas, até 31 de dezembro de 2020, mesmo diante de autorização de retomada das aulas presenciais por parte das autoridades estaduais. O parecer está pautado nos princípios de equidade, flexibilização e inclusão, identificando meios legais e pedagógicos para que o calendário letivo não tenha sua continuidade interrompida, ou gere reprovação, abandono, e até evasão escolar. Assim, o ensino remoto é apresentado como uma viabilidade, mas cabe a decisão de adoção desse modelo às redes públicas e privadas, considerando a medida do possível em relação a população que está inserida nas comunidades acadêmicas. (CEARÁ, 2020)

3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA

Em se tratando de uma explanação acerca de algumas portarias que correspondem a Educação Superior quanto ao percurso de EaD e/ou atividades remotas —modelos adotados pelas universidades durante o período pandêmico—, a Portaria nº 4.059 (BRASIL, 2004), prevê que as instituições de ensino superior estão habilitadas a ofertar disciplinas curriculares que se valem da modalidade semipresencial dentro da organização pedagógica e curricular de seus cursos reconhecidos. Essa modalidade, aqui, é caracterizada como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem que centrem a autoaprendizagem, sendo estas mediadas por recursos didáticos organizados nas plataformas de informação que utilizem tecnologia de comunicação remota.

Avançando os anos, em 2018, a Portaria nº 1.428, dispõe sobre a modalidade à distância em cursos de graduação presencial oferecidos por Instituições de Educação Superior (IES). Já em 2019, a Portaria nº 2.117, aprova a oferta de até 40%, em EaD, da carga horária total do curso de graduação presencial em IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. (BRASIL, 2018, 2019)

Em março de 2020, o Ministério da Educação (MEC), publicou a portaria 343, que autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, à distância, enquanto durar a situação pandêmica do novo coronavírus (COVID-19). Nessa portaria, se encontra o norte em relação ao funcionamento da educação superior, regulando o ensino tecnológico à distância. A portaria 345 de 19 de março de 2020, complementa a 343, com o veto à realização de disciplinas práticas ou laboratoriais. (BRASIL, 2020)

Então, deu-se a partida de uma maratona para elaboração de planos que venham a garantir a continuidade do ensino na academia, estimulando a discussão acerca das adaptações que foram colocadas durante o distanciamento social.

De acordo com Torres, Alves e Da Costa (2020), percebe-se uma grande dicotomia entre os caminhos tomados por as instituições de redes públicas e as privadas, no que diz respeito ao ensino: as universidades privadas tiveram uma substituição do modelo tradicional para o proposto pelo novo decreto, de uma forma muito mais rápida do que as universidades públicas. Assim, as aulas continuaram a serem ministradas em horários costumeiros, possibilitando a interação professor-aluno, entretanto, outras ocorreram a partir de vídeos disponibilizados nas plataformas digitais, o que não foi bem aceito entre os discentes, e logo substituídos pelo formato em tempo real, onde os alunos pudessem debater e tirar suas dúvidas durante a aula ministrada à distância.

Nas instituições privadas, em geral, não houve questionamentos à professores e alunos acerca da acessibilidade tecnológica para acompanhar o novo modo de fazer educacional, antes de impô-lo, ao contrário das universidades públicas, que apresentam maior sensibilidade às desigualdades tecnológicas, rejeitando o máximo possível o ensino on-line, deixando o semestre suspenso, justificado pelo conhecimento da limitação de acesso que os seus alunos enfrentam. (TORRES; ALVES; DA COSTA, 2020)

Neste caso, cabe uma diferenciação de como se deu a instauração do modelo de aula remota nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas. Barbosa, Viegas e Batista (2020), apontam que as privadas imediatamente, procuraram soluções, por meio de normatizações, adotando prontamente o modelo de aula remota, que segue padrões similares ao EaD, mas que mantém aulas ao vivo em tempo real, nos horários de aulas, antes presenciais, tendo como parâmetro o modelo expositivo de aula tradicional. Os autores questionam essa continuidade dada por essas instituições para a continuidade imediata da prestação de serviço ao aluno em meio a pandemia. A justificativa seria de que há um contrato e que o calendário letivo precisa ser cumprido. Então é possível alterar um modelo habitual de

educação, sem capacitar previamente e corretamente os profissionais, e não causar impactos negativos?

Quanto às IES públicas, em março de 2020, segundo o Ministério da Educação, 83% das universidades federais tiveram seus calendários acadêmicos suspensos (BRASIL, 2020), pois, afirmaram não ter condições de garantir que todos os estudantes usuários de universidade pública tenham acesso ao ensino remoto e aos conteúdos, bem como não poderiam ofertar essa modalidade com a mesma qualidade do ensino presencial, afetando, assim, milhares de estudantes, nas diversas regiões brasileiras. (PALHARES, 2020)

Cericato e Silva (2020), trazem uma entrevista com a professora Dr. Magali Aparecida Silvestre, onde ela ressalta a necessidade de se debater nas universidades públicas como deverá se dar a educação nessa situação emergencial. É um debate onde deve ser pensado desde a capacitação dos professores, passando pelo perfil do aluno universitário dessas instituições e levando em consideração a falta de inclusão digital, pois apesar da sociedade estar envolta de tecnologia, o acesso ainda é negado à muitas populações brasileiras, configurando assim como impasses destacáveis para a implantação efetiva do ensino remoto nas universidades públicas.

4 DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO UNIVERSITÁRIO

Segundo Kubo e Botomé (2001), ensino-aprendizagem é um processo complexo que envolve sistemas comportamentais entre docentes e discentes. Assim, os construtos ensino e aprendizagem, não são processos que independem da ação humana, pelo contrário, são aspectos ativos, pois há o ato de ensinar e aprender. Esses são processos constituídos por comportamentos complexos, justamente por envolver múltiplos componentes em interação.

Dessa forma, é importante apontar os pensamentos de Vygotsky, que segundo Freitas (2000), defende o meio social enquanto determinante do desenvolvimento humano, através da aprendizagem da linguagem, que ocorre por imitação. Sua concepção de homem é a de um ser histórico e fruto de um conjunto de relações sociais, questionando como os fatores sociais podem modelar e construir o psiquismo, apresentando como resposta nascida de uma perspectiva semiológica, onde o signo é um produto social com função geradora e organizadora dos processos psicológicos. O pensador compreende a consciência a partir das relações humanas e pela mediação da linguagem, pois os signos linguísticos são instrumentos, que em sua ação interna no sujeito, provocam-lhe transformações, na consciência.

A sociedade já vinha atravessando uma ampla transformação no tocante a evolução digital, antes considerada a vilã das relações humanas, mas agora com a pandemia de COVID-19, o viver online tomou proporções avassaladoras, se tornando essencial para a manutenção dos relacionamentos sociais, acelerando processos que antes eram pensadas para um futuro mais distante. Agora, atividades não se realizam sem o intermédio dos dispositivos digitais e da internet. O contexto social, que é vivido hoje, está pautado na conectividade. (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020)

Assim, para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, surgiram como ferramentas mais populares para a mediação remota durante a pandemia, as plataformas *Zoom* e *Google Meet*, recursos de reuniões sociais e virtuais gratuitas, que fornecem um processo de formação acadêmica dentro das condições exigidas pelo período pandêmico.

O *Zoom* (2020), usa como filosofia o aprendizado moderno destinado ao aluno da era digital, abrigando milhares de instituições educacionais pelo mundo, sendo, em sua maioria, universidades. Essa ferramenta permite atividades síncronas online em tempo real, como videoconferência, audioconferência e chat, que são algumas das principais ferramentas comuns no EaD. Em sua versão gratuita, essa plataforma permite a realização de reuniões virtuais, com até 100 participantes, com duração de no máximo 40 minutos. O layout do aplicativo possibilita que, na tela, os alunos apareçam lado a lado, como se estivessem em uma sala de aula.

Santos Júnior e Monteiro (2020), afirmam que esta plataforma permite a onipresença da educação, pois promove competências e construção de conhecimento imitando o processo de sala de aula, aumentando os resultados de aprendizagem dos alunos ao proporcionar maior participação nas aulas e retenção do conteúdo dado por meio das salas de aula virtuais e híbridas. Segundos os autores, isso só é possível graças a interatividade que ocorre entre os alunos e professores, de forma síncrona, viabilizando a troca de experiências, pensamento crítico, transmissão de opiniões a partir da flexibilidade nas relações e compreensão mútua. Seria o ambiente virtual propício ao desenvolvimento da inteligência coletiva.

De acordo com Santos (2017), o *Google Meet* é uma plataforma gratuita, sendo gerenciado por dispositivos digitais, que possibilita a manutenção do processo de ensino-aprendizagem por meio da conectividade, especialmente por vídeo chamada, entre os profissionais da instituição e alunos no sistema de home office na educação. Isso permite que o professor selecione o material de estudo ou pesquisa, organizando a reunião de dentro de sua residência. Os alunos entram na aula por meio de um link de acesso enviado pelas redes sociais ou e-mail.

Outrossim, para Silva, Andrade e Santos (2020) essa ferramenta oferece um espaço virtual seguro, sem maiores compleições no acesso e na utilização. Para facilitar o debate síncrono e aulas expositivas, há o compartilhamento de telas do Power Point, Word, PDF, entre outras janelas do computador com os participantes da sala, para a apresentação de atividades e documentos, além da interação por chat com os participantes da aula.

Esses autores acreditam que essas funcionalidades são de extrema importância nesse contexto de isolamento social, de maneira que as universidades, por exemplo, têm a oportunidade de transmitir as aulas para um grupo de estudantes, priorizando o ensino-aprendizagem. No entanto, como consequência a esse processo, o docente precisa buscar aprimoramento das ferramentas educacionais virtuais, para que possa contribuir na formação da educação, pois o uso da tecnologia já é uma modalidade necessária na vida de todos. (SILVA; ANDRADE; SANTOS, 2020)

Esse movimento tecnológico na educação, exigido pela pandemia de 2020, gera também outra exigência no campo universitário: requer envolvimento dos alunos por meio de um espaço de aprendizado compatível com suas habilidades e com o contexto demandante. Khatib (2020), declara que é necessário um meio eficaz de criação e compartilhamento de ideias, entre os membros de um grupo, para que haja o aprendizado normal. Além disso, a natureza cognitiva exige a atualização tecnológica contínua para a garantir uma experiência abrangente de aprendizado on-line.

Joye, Moreira e Rocha (2020), no entanto, afirmam que o acesso à tecnologia no Brasil, ainda é muito caro e restrito à classe média e alta, e, portanto, distante da realidade da maioria dos lares brasileiros. Além disso, quase não há investimentos fiscais para a compra dessas ferramentas, não existe uma política de inclusão digital, como ocorreu em outros países. Os autores frisam que no Brasil não se prioriza o acesso a internet igualitária, muito menos a formação docente e a inclusão digital de professores e alunos. Sendo assim, uma problemática destacável na continuidade da educação durante o isolamento social.

Então, com a pandemia, se escancara a necessidade de democratização do acesso à internet de qualidade, abarcando amplamente domicílios e localidades que não estão incluídas na era digital. No mais, a desigualdade se apresenta como um ponto essencial para o impedimento do êxito total no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem remoto nas universidades, pois não há uma forte estrutura que suporte discentes e qualifique professores. Dessa forma, o desafio adaptativo é ainda maior, pois sem apoio do governo, as instituições devem fornecer infraestrutura para o aprendizado on-line, e investir em benefícios para os alunos, pois o processo vivenciado atualmente na educação pelo universitário exige o

aprimoramento de habilidades, atitudes, valores, resiliência e proatividade em um breve espaço de tempo. (CARNEIRO; RODRIGUES; FRANÇA; PRATA, 2020)

No tocante à implantação do ensino remoto, termo usado à exaustão neste período de COVID-19, se refere apenas à mudança do espaço físico para o virtual, mediada pela tecnologia digital, assim, os princípios desse modelo ainda se mantêm conforme os da educação presencial, ou seja, utilizando o modelo expositivo tradicional, onde o aluno é mero depósito de informações. (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020)

Assim, o que é percebido é que nas universidades se tem reproduzido a educação bancária, dentro da educação remota, mesmo que a pandemia tenha obrigado a uma reinvenção educacional, as atividades síncronas ainda são regidas pelo modelo de aulas convencional. Freire (1996) alertava que é possível analisar que, em qualquer situação, as relações entre os papéis de educador e educando são pautadas, ainda, na narração, onde implica em quase uma enfermidade da mesma, pois há a repetição exaustiva e cristalizada de narrativas, onde os papéis exercidos na sala de aula não são transformados, ou motivados a criar.

Eis aí a concepção de educação bancária, cuja qual Freire (1996) já criticava por esta fazer do educador comunicador e dos educandos mero depósito das informações comunicadas, onde estes últimos deve receber pacientemente, memorizar e repetir, como se fossem colecionadores das coisas que arquivam, no entanto, a realidade é que quem acaba sendo arquivado é o homem, pois desconectado da busca, da práxis, os homens não podem ser. O arquivamento do educador e do educando ocorre quando, nesta prática distorcida da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber, e o saber só é tal quando há espaço para a práxis, quando há motivação para a busca esperançosa, inquieta e impaciente que move o ser.

Por conseguinte, a partir dos pensamentos de Paulo Freire e contextualizando com as imposições adaptativas causadas pela COVID-19 expostas até aqui, este é um período onde o fracasso acadêmico está mais suscetível a ocorrer. Weiss (2003), considera esse fracasso como uma resposta, considerada insuficiente, do aluno a uma determinada exigência da academia.

O fracasso acadêmico pode ser analisado por diferentes perspectivas: a da sociedade, a do ambiente educacional e a do próprio aluno. Na perspectiva do aluno, partindo do pressuposto que esse fracasso é consequência das condições internas de aprendizagem, afirma-se, então, que o mesmo é causado por uma conjunção de fatores internos e externos interligados. Na perspectiva da academia, os conhecimentos que poderão ser, ou não,

adquiridos pelos discentes, dependerá de como essas informações lhe chegarão, ou seja, lhe serão ensinadas, logo, quando o ambiente escolar se encontra em uma situação vulnerável e os professores não tem à sua disposição um apoio pedagógico e material, pode ocorrer um comprometimento ao processo de ensino-aprendizagem. A ótica social, que é a mais ampla, permeia todas as outras, estando relacionada as condições de apoio emocional, família, condições financeiras, infraestrutura, cultura etc. Logo, falar de fracasso acadêmico é, necessariamente, considerar as relações significativas entre a academia, o processo de ensino-aprendizagem e as condições socioeconômicas e culturais. (WEISS, 2003)

Portanto, levando em conta esses aspectos, destacando-se principalmente os fatores que atravessam a cognição e o socioemocional de cada discente, o acompanhamento das aulas remotas apresenta problemas quanto à aprendizagem almejada, seja por falta de conexão de internet, acesso à tecnologia exigida ou dedicação integral aos estudos, fomentando reflexões educacionais, familiares e científicas quanto a necessidade de práticas metodológicas mais ativas, menos enrijecidas, que promovam a criatividade e liberdade do aluno, enquanto centro do processo de aprendizagem. (AVELINO; GONÇALVES, 2020)

5 ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, ADAPTAÇÕES E FATORES PSICOLÓGICOS DIANTE DA PANDEMIA

Fazendo um apanhado acerca da saúde do estudante universitário, Sousa, José e Barbosa (2013) afirmam que variáveis como o impacto nas questões de gênero, histórico de vida e de educação, cotidiano, a ordem afetiva estabelecida entre as relações e a percepção desses fenômenos, interferem diretamente nos padrões de comportamentos considerados não saudáveis em universitários, como por exemplo, alimentação e práticas irregulares de exercícios físicos, presença de tabagismo e/ou abuso de bebidas alcoólicas.

Dessa forma, Oliveira e Padovani (2014) concluem que é necessário que se reflita esses comportamentos alinhados a perspectiva da saúde mental, pois diante do exposto, existe uma questão de vulnerabilidade e de sofrimento psíquico implicados na vivência do estudante dentro da universidade. Assim, a dificuldade de manejar e se adaptar aos eventos estressores, oriundos do processo de graduação, contribuem para o surgimento e manutenção de padrões não saudáveis.

Então, surge a necessidade de desenvolver novas reflexões e ações singulares diante das demandas estudantis em constantes atualizações. Os autores apresentam como exemplos, para tal, o monitoramento de indicadores e observatórios de saúde e qualidade de vida do

universitário e intervenções de responsabilidade institucional, entre outras. Assim, favoreceria a melhoria do processo de adaptação e desenvolvimento das potencialidades do discente. (OLIVEIRA; PADOVANI, 2014)

Refletindo sobre isso, é sabido que diante da pandemia, vivenciada no ano de 2020, o universitário teve que se adaptar psicologicamente e fisicamente para lidar com os novos modelos estabelecidos pela educação para atravessar o momento de cuidados na luta contra a COVID-19. Segundo Joye, Moreira e Rocha (2020), no modelo de educação remota, um dos pilares da educação, aprender a conviver, tem tentado ser compensada por meio de interações em ferramentas síncronas e assíncronas, intermediada unilateralmente pelo professor. Assim, levando em consideração, que a habilidade social está sempre em desenvolvimento e é necessária em todas as fases da vida, a ausência desse tipo de convivência em sala acarreta danos psicológicos e sociais, por dificultar o curso desse desenvolvimento, e consequentemente interferindo negativamente na capacidade de adaptação do aluno.

Para o processo de amadurecimento das competências profissionais, o pilar “aprender a conviver” é essencial, já que, é pautado nesse princípio que a educação busca proporcionar autoconhecimento ao aluno para que ele possa então conhecer o outro, simultaneamente à relação interpessoal, evitando conflitos e preconceitos. A educação deve ser transformadora, e utilizando da inserção do aluno em projetos comuns com a comunidade academia, que geram engajamento e cooperação, evidenciando a importância da ação social da instituição educacional no processo de ensino-aprendizagem do aluno, para que ele não só desenvolva suas habilidades sociais e profissionais, mas também otimize a sua adaptabilidade a novas situações e diminuindo conflitos e dificuldades relacionais. (CUNHA; LOMBARDI; CISZEWSKI, 2014)

Maia e Dias (2020), apontam para diversos efeitos deletérios à saúde mental do estudante universitário, advindo das bruscas mudanças causadas pela COVID-19. Os autores afirmam que houve um aumento significativo das perturbações psicológicas na pandemia se comparado à períodos normais, identificando nos universitários ansiedade, depressão e estresse. Alguns dos fatores que contribuem para que esses efeitos estejam gritantes, são as informações bombardeadas midiaticamente nos meios de comunicação, que muitas vezes eram modificadas ou pioradas dia após dia, e as medidas de confinamento para evitação do crescimento da doença, considerando que essas medidas incluem intimamente o afastamento imediato das atividades presenciais, redução drástica do convívio social com amigos, professores e conhecidos, e também a submissão a um novo ambiente de trabalho remoto, em

casa, muitas vezes sem materiais e recursos necessários, e baixa interação com o mundo real, passando boa parte do tempo em realidade virtual.

Além disso, de acordo com Gusso et al. (2020), muitas IES desconsideraram aspectos importantes da realidade estudantil, como aspectos pedagógicos e tecnológicos, no processo de adaptação, não planejada, ao ensino remoto. Assim, fora os riscos de exclusão dos alunos que não tenham acesso à internet, computador e demais tecnologias, essas instituições também falharam no provimento de recursos digitais e capacitação adequada dos profissionais para que fosse viabilizada uma adaptação menos sofrível e de qualidade nessa prática online. É possível que todas essas limitações comprometam a qualidade do ensino-aprendizagem, e todas as dificuldades adaptativas causadas por elas gerem, além do sofrimento psíquico do estudante, um baixo desempenho acadêmico, aumento do fracasso escolar e evasão do Ensino Superior.

A partir do exposto, conclui-se a extrema importância dos cuidados com a saúde mental no âmbito universitário, especialmente neste período pandêmico. Então, segundo Witter (1999), a Psicologia Escolar está como possibilidade de atuação do psicólogo dentro da universidade, assessorando o processo de ensino-aprendizagem, participando nas atividades de seleção e treinamento do corpo docente e técnico, realizando pesquisas das mais diferentes naturezas e fazendo publicações científicas dentro da perspectiva da Psicologia Escolar. No mais, também cabe a atuação do Psicólogo Escolar na universidade participar ativamente do planejamento, desenvolvimento e avaliação de programas institucionais e de cursos na área de Psicologia.

Por isso, o psicólogo escolar deve apoiar o planejamento, desenvolvimento e avaliação de programas institucionais que objetivem atingir as finalidades da Educação Superior e alinhar às condições psicossociais dos estudantes. Assim, o psicólogo contribuirá para a estimulação da consciência crítica, do pensamento reflexivo e da melhoria da qualidade de vida do estudante dentro do processo de graduação. Quanto ao mais, deverá voltar a realização de pesquisas no ambiente acadêmico de forma a subsidiar a IES na reformulação de seus cursos, currículos, valores e política, para a melhor adequação da formação do estudante aos modelos educacionais propostos e às expectativas sociais. (WITTER, 1999)

Pott (2020), conclui que, em contexto de pandemia, são incontáveis os desafios e implicações expressivas nas vidas das pessoas, tanto de forma econômica, social, afetiva, psicológica, quanto política. No campo educacional, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem está posta em risco, se tornando necessárias ações que garantam uma formação superior adequada. Um dos caminhos para tanto é o cuidado com as relações humanas diante

dos processos educacionais em meio à pandemia. O papel do psicólogo escolar é primordial nessa atenção, abordando a construção de coletivos que potencializem a transformação de sentidos e significados em relação ao ensino e ao aprender para todos os atores envolvidos — gestão, alunos, professores e equipe—.

Todavia, a autora aponta que geralmente, o cuidado com essas relações humanas não tem prioridade nas instituições de ensino superior, favorecendo um cenário frágil e com dificuldades de enfrentamento diante de demandas extremas que afetam o contexto acadêmico, gerando sofrimento psíquico no corpo docente e discente, além de limitar o desenvolvimento e capacidade de transformação diante das exigências sociais. Neste sentido, o psicólogo escolar, impulsionado pelas dificuldades do isolamento social, deve promover e fortalecer coletivos no contexto educacional, que reduza o sentimento de solidão, desamparo, falta de sentido e possibilidades de evasão, construindo encontros potentes e transformadores, ainda que de forma virtual, criando a partir do que estava cristalizado e individualizado. (POTT, 2020)

E é importante salientar que, até o momento, o ensino remoto segue sendo a via de acesso que foi dada para a continuidade ao processo de educação, e mesmo com seus percalços, ela vem sendo importante para que muitos estudantes sigam rumo à formação desejada. Assim, segundo Souza (2010), deve-se considerar que a intervenção psicológica, diante das questões educacionais contemporâneas, assume o compromisso com a luta por um ambiente educativo democrático e de qualidade, que garanta os direitos cidadãos aos estudantes e profissionais, sendo este uma prática ético-político, que envolve o protagonismo e participação de toda a comunidade acadêmica tomando consciência dos conflitos nela existentes, buscando soluções ativas e criativas para tais e rompendo com a produção do fracasso escolar.

Por fim, diante da situação extraordinária que a educação vivencia atualmente, é preciso reconhecer mais do que nunca a Educação Superior como espaço legítimo de intervenção. Para tanto, Bisinoto e Marinho-Araújo (2011), já alertavam para a necessidade de investir cada vez mais na formação básica e continuada de psicólogos escolares, para que estes contribuam para a formação satisfatória dos estudantes universitários. Então, a prática dos psicólogos escolares nas IES, deve estar calcada no aprofundamento teórico, conceitual e vivencial contextualizadas, internacionalizadas e habilidosas, construídas por meio da postura crítica e reflexiva diante da realidade cuja qual a universidade está inserida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, as mudanças, impactos e desafios impostos à toda a população mundial, no ano de 2020, obrigaram o traçar de novas estratégias imediatas e novos modos de viver em todas as áreas humanas. No presente estudo, fez-se um recorte para a área educacional e foram revisados conhecimentos bibliográficos acerca dos impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe ao processo de ensino-aprendizagem na Educação Superior, buscando dar ênfase nos escritos que destacaram as consequências psicológicas e sociais que as mudanças na universidade em contexto pandêmico causaram.

Dessa forma, notou-se que para o êxito, ou não, da implantação dessas mudanças no campo universitário, deve-se considerar enfaticamente as condições socioeconômicas, afetivas e psicológicas dos estudantes, além de que é necessário que as instituições apoiem sua rede profissional para exercer satisfatoriamente suas funções por meio remoto, levando em consideração que para uma educação de qualidade deve-se estimular a interatividade, sociabilidade, criatividade e pensamento crítico, transformador.

Consequentemente, se faz necessário também que a IES estruture uma equipe multiprofissional, à exemplo da nova Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a implementação dos serviços de psicologia e serviço social, nas redes públicas de Educação Básica, para assistir as demandas e prioridades estabelecidas nas políticas de educação. Assim sendo, essa equipe atuará no desenvolvimento de ações para evoluir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, envolvendo toda a comunidade escolar e trabalhar mediando as relações sociais e institucionais vigentes. (BRASIL, 2019)

Dessa forma, é possível sugerir a ampliação dessa disposição para a Educação Superior, a fim de que esta tenha, em seu corpo profissional, um Psicólogo Escolar, que atue no fortalecimento do coletivo, na transformação de construtos, criação de projetos e participação ativa das reflexões acerca das mudanças que estão sendo implantadas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, na pandemia. Portanto, tendo em vista a análise feita neste estudo, nesse contexto de isolamento social, o psicólogo escolar, assume um papel fundamental, para a minimização do sofrimento psicológico, onde a academia, como um todo, se vê diante do novo e inesperado, precisando diariamente se reinventar.

Para finalizar, é importante refletir sobre como esse momento pandêmico atravessa diversas áreas da vida cotidiana e a necessidade de criar e se reinventar diante das adversidades impostas. É preciso que todas as esferas da experiência do ser humano sejam cuidadas, sendo este um momento que deve ir para além do cuidado físico, olhando intimamente para o movimento psicológico e social, se utilizando dos recursos tecnológicos e

de comunicação que são ofertados para a promoção de transformação da realidade, qualidade de vida e reflexões críticas dentro das condições extraordinárias que o período de COVID-19 exige.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lynn. Práticas inventivas na interação com as tecnologias digitais e telemáticas: o caso do Gamebook Guardiões da Floresta. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 59/2, p. 574-593, 2016. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3835/pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020.
- AVELINO, Wagner Feitosa; GONÇALVES, Natália Kneipp Ribeiro. **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 4, n. 10, p. 41-53, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/download/AvelinoGoncalves/3110>>. Acesso em: 29 set. 20.
- BARBOSA, Andre Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. AULAS PRESENCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/download/565/302>>. Acesso em: 05 out. 20.
- BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar na educação superior: atuação no Distrito Federal. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 111-122, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 nov. 20.
- BRASIL. Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.html>. Acesso em: 06/03/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Monitoramento nas Instituições de Ensino**, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>>. Acesso em: 10 mai. 20.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4059**, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 10 set. 20.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020**. Diário Oficial [da] União, ed. 114, seção 1, p. 62, Brasília, DF, 17 de jun. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior -IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 10 set. 20.

BRASIL. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância -EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior -IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.** Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 10 set. 20.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.** Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-343-2020_390743.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. **Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.** Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-345-2020_390992.html>. Acesso em: 10 set. 20.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade; RODRIGUES, Waldecy; FRANÇA, George; PRATA, David Nadler. Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e267985485, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5485. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5485>. Acesso em: 29 set. 2020.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. **São Paulo: Paz e Terra**, 1999.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 0205/2020.** Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2020/03/Parecer-n%C2%BA-0205.2020-Sistema-de-Ensino-do-Estado-do-Cear%C3%A1-REVISADO-23.07.2020.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CEARÁ. Secretaria Estadual de Educação; Sindicato dos Trabalhadores da Educação. **Diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais por conta da situação de contenção da infecção humana pelo novo coronavírus no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Ceará.** Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/Diretrizes_escolas.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

CERICATO, Itale Luciane; DA SILVA, Jorge Luiz Barcellos. Educação e formação em tempos e cenários de pandemia. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, v. 8, n. 2, p. 3-14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/download/10700/7885>>. Acesso em: 05. out. 20.

COSTA, Renata. **Lições do coronavírus: ensino remoto emergencial não é EAD.** Recuperado em 14 de abril, 2020. 2020. Disponível em:

<<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-ensino-remoto/>>. Acesso em: 10 set. 20.

CRUZ, Roberto Moraes et al. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 20, n. 2, p. I-III, jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CUNHA, Sandra Mara da; LOMBARDI, Silvia Salles Leite; CISZEWSKI, Wasti Silvério. Reflexões acerca da formação musical de professores generalistas a partir dos princípios: “os quatro pilares da educação” e “educação ao longo de toda a vida”. **Revista da ABEM**, v. 17, n. 22, 2014. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaabem/articledownload/224/156>>. Acesso em: 21 out. 20.

DE ANDRADE MARTINS, Gilberto; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Atlas, 2001.

DEMO, Pedro. Pesquisar: o que é. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão: seus pressupostos, sua crítica. **Pedagogia do oprimido**, p. 57-68. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/143565/mod_resource/content/2/Texto6-Freire-1parte.pdf>. Acesso em: 29 set. 20.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate. **Psicol. educ**, p. 9-28, 2000. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/psicoeduca/article/viewFile/41383/27894>>. Acesso em: 24 set. 20.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2004.

GUSSO, Hélder Lima et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100802&tlng=pt>. Acesso em: 21 out. 20.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Editora Companhia das Letras, 2016.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e521974299-e521974299, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299/3757>>. Acesso em: 29 set. 20.

JUAZEIRO DO NORTE. Decreto n. 505. de 17 de mar. de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo coronavírus – COVID 19, no âmbito do Município de Juazeiro do Norte e adota outras providências**. Juazeiro do Norte, CE, mar. 2020. Disponível em: <<https://juazeiro.ce.gov.br/www2/Legislacao/decretos/2020/DECRETO%20N%20505%20>

%20Dispoe%20sobre%20as%20medidas%20para%20enfrentamento%20da%20emergencia%20de%20saude%20publica%20de%20importancia%20internacional%20decorrente%20do%20Novo%20coronavirus%20COVID%2019,%20no.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

KHATIB, Ahmed Sameer el. Aulas por Videoconferência: Uma solução para o distanciamento social provocado pela COVID-19 ou um grande problema?. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/787/1207>>. Acesso em: 28 set. 20.

KUBO, Olga Mitsue; BOTOMÉ, Sílvia Paulo. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, v. 5, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/3321/2665>>. Acesso em: 23 set. 20.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; DO BOMFIM, Helder Freitas. COVID-19 nas favelas e periferias brasileiras. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 4, p. 50-54, 2020. Disponível em: <www.revista.ufr.br/boca>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100504&script=sci_arttext> Acesso em: 21 out. 20.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Ronei Ximenes. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/download/620/552>>. Acesso em: 04 set. 2020.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de; PADOVANI, Ricardo Da Costa. Saúde do estudante universitário: uma questão para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 995-996, 2014. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2014.v19n3/995-996/>>. Acesso em: 16 out. 20.

PALHARES, Isabela. 60% das universidades federais rejeitam ensino a distância durante quarentena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/60-universidades-federais-rejeitam-ensino-a-distancia-durante-quarentena.shtml>>. Acesso em: 05. out. 20.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION; WORLD HEALTH. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 24 ago. 2020.

POTT, Eveline Tonelotto Barbosa. Contribuições da Psicologia Escolar para o ensino superior em um contexto de pandemia: o papel da construção de coletivos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 49707-49719, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/13685/11457>>. Acesso em: 21 out. 20.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros do; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e COVID-19: As tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-15, 2020. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/63324373/8583-22389-1-PB20200515-80931-iw1k80.pdf>>. Acesso em: 24 set. 20.

SANTOS, Cláudio. O que é o G Suite for Education e como usá-lo? **Santodigital**, 2017. Disponível em: <<http://www.santodigital.com.br/o-que-e-o-g-suite-for-education-e-como-usa-lo/>>. Acesso em: 24 set. 20.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289/209209213529>>. Acesso em: 04 set. 20.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 20.

SILVA, Douglas dos Santos; ANDRADE, Leane Amaral Paz; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. Alternativas de ensino em tempo de pandemia. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e424997177-e424997177, 2020. Disponível em: <<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/7177/6592>>. Acesso em: 24 set. 20.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. Sociedade da Aprendizagem e Governamentalidade: uma introdução. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 121-136, 2011. Disponível em: <<https://lirias.kuleuven.be/retrieve/155480>>. Acesso em: 08 set. 2020.

SOUSA, Thiago Ferreira de; JOSÉ, Helma Pio Mororó; BARBOSA, Aline Rodrigues. Conduas negativas à saúde em estudantes universitários brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3563-3575, 2013. Acesso em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013001200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 out. 20.

SOUZA, Marilene. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em aberto**, v. 23, n. 83, 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2461/2199>>. Acesso em: 11 nov. 20

TORRES, Ana Catarina Moura; ALVES, Lynn Rosalina Gama; DA COSTA, Ana Caline Nóbrega. **Educação e Saúde**: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de COVID-19. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/640/885>>. Acesso em: 04 set. 2020.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-26.

WITTER, Geraldina Porto. Psicólogo Escolar no ensino superior e a Lei de Diretrizes e Bases. **Psicologia Escolar: LDB e educação hoje**, p. 83-104, 1999.

ZOOM. **Zoom Cloud Meetings** - App, 2020. Disponível em: < <https://zoom.us/pt-pt/meetings.html>>. Acesso em: 24 set. 20.